

## **Anotações sobre a Intervenção na Guatemala em 1954: uma análise de suas projeções sobre as práticas sistemáticas de violação aos direitos de asilo e refúgio durante a guerra fria.**

Recebido 20.05.2016  
Aprovado 20.07.2016

**André Saboia Martins<sup>1</sup>**

### **Sumário:**

A intervenção dos Estados Unidos na Guatemala, mediante ação encoberta da CIA que resultou na deposição do presidente Jacobo Arbenz em junho de 1954, foi um episódio crucial da guerra fria, cujas projeções ultrapassam sua conjuntura histórica específica. O objetivo do presente artigo é analisar, com base em estudos recentemente publicados, episódios de vigilância e detenção arbitrária de pessoas que buscaram asilo nas representações diplomáticas latino-americanas na cidade da Guatemala em decorrência do golpe de estado de 1954. De modo semelhante, as práticas repressivas adotadas em nível regional contra os asilados guatemaltecos serão examinadas como importante antecedente histórico das violações sistemáticas aos direitos humanos de refugiados políticos que tiveram lugar no contexto latino-americano nas décadas 1960 e 1970.

**Palavras-chave:** Guatemala, Guerra fria, exílio político, anticomunismo.

### **Anotaciones sobre la intervención en Guatemala en 1954: un análisis de sus proyecciones sobre las prácticas sistemáticas de violación a los derechos de asilo y refugio durante la guerra fría.**

### **Resumen:**

La intervención de los Estados Unidos en Guatemala, mediante la acción encubierta de la CIA que resultó en la deposición del presidente Jacobo Arbenz en junio de 1954, fue un episodio crucial de la guerra fría, cuyas proyecciones trascienden su coyuntura histórica específica. El objetivo del presente artículo es analizar, en base a investigaciones recientes, episodios de vigilancia y detención arbitraria de personas que buscaron asilo en las representaciones diplomáticas latino-americanas en la ciudad de Guatemala como consecuencia del golpe de estado de 1954. De manera semejante, las prácticas represivas adoptadas a nivel regional contra los asilados guatemaltecos serán examinadas como importante antecedente histórico de las violaciones sistemáticas a los derechos humanos de refugiados políticos que tuvieron lugar en el contexto latino-americano en las décadas del 1960 y 1970.

**Palabras clave:** Guatemala, Guerra fría, exilio político, anticomunismo.

### **Notes about the Intervention in Guatemala in 1954: an analysis of their projections on the systematic practice of violation of the asylum and refuge rights during the Cold War.**

### **Abstract:**

---

<sup>1</sup>André Saboia Martins. Diplomata e advogado. Foi Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e conselheiro da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140, de 1995). Contato: [andre.uruguai@gmail.com](mailto:andre.uruguai@gmail.com)

The United States intervention in Guatemala, accomplished through CIA covert operation that resulted in the overthrow of President Jacobo Arbenz in June 1954, was a crucial cold war episode, with projections which go beyond its specific historical juncture. This article's objective is to analyse recently published research findings on episodes of surveillance and arbitrary detention of persons who sought asylum in diplomatic missions in Guatemala City in the aftermath of the 1954 coup d'état. In a similar way, repressive practices adopted on the regional level against Guatemalan asylees shall be examined as an important historical precedent for systematic human rights violations of political refugees in Latin America in the 1960's and 1970's.

**Key words:** Guatemala, Cold war, political exile, anticommunism.

## Introdução

A operação encoberta norte-americana na Guatemala que resultou na deposição do presidente Jacobo Arbenz<sup>2</sup>, em junho de 1954, foi um dos episódios mais importantes da Guerra Fria, cujas projeções ultrapassam a região da América Latina e do Caribe e sua conjuntura histórica específica. A oposição à intervenção sensibilizou amplo espectro da opinião pública internacional, desde intelectuais e artistas como Aimé Césaire, Jean Paul Sartre, Pablo Picasso, Frida Kahlo e Diego Rivera, até políticos e diplomatas de estados europeus aliados dos EUA, como a Alemanha Ocidental e o Reino Unido (Friedman, 2010, p. 19).

O golpe de estado de 1954, perpetrado em nome do combate ao comunismo, gerou protestos em vários países da América Latina e contribuiu decisivamente para a radicalização política no continente. As ações norte-americanas para a derrubada de um presidente democraticamente eleito – o primeiro na história da Guatemala a receber a faixa presidencial de outro mandatário igualmente escolhido em processo democrático – sepultaram definitivamente os princípios da “*política da boa vizinhança*”, reforçando suspeitas latino-americanas de que os Estados Unidos poderiam representar mais uma ameaça do que propriamente um modelo a ser copiado. (Grandin, 2004, p. 5).

As técnicas empregadas na derrubada de Arbenz foram utilizadas poucos anos depois em Cuba, no ano de 1961, durante a fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos (García Ferreira, 2006, p. 61). A mesma linguagem e os mesmos argumentos da propaganda anticomunista de 1954 seriam usados na preparação do golpe de 1964, no

---

<sup>2</sup>Jacobo Arbenz, nascido em 14 de setembro de 1913 na localidade de Quetzaltenango, na Guatemala e falecido em 27 de janeiro de 1971, na cidade do México, foi militar, político e presidente da Guatemala de 1951 a 1954. Filhote de mãe guatemalteca e de um farmacêutico suíço que emigrou para a Guatemala, Arbenz graduou-se na Academia Militar da Guatemala. Integrou o grupo de jovens oficiais do exército que participaram da deposição do ditador guatemalteco Jorge Ubico em 1944. Em 1949, foi ministro da Defesa do governo do presidente Juan José Arévalo.

Brasil, na intervenção na República Dominicana no ano de 1965, e no golpe contra Salvador Allende, que teve lugar no Chile em setembro de 1973.

Um grande número de especialistas tem se dedicado ao estudo dos acontecimentos de 1954 na Guatemala e suas consequências. Desse esforço multifacetado resultou vasta produção historiográfica, que segue em expansão (García Ferreira, 2013b, p. 41). Passados mais de sessenta anos da ruptura do processo democrático na Guatemala, o estudo daquela experiência política está longe do seu esgotamento, podendo-se identificar conjunto de temas relevantes que merecem ser investigados com maior profundidade.

A atuação e as posições das chancelarias latino-americanas naquela delicada conjuntura internacional é um dos grandes temas que ainda merecem ser melhor explorados em pesquisas acadêmicas. Estudos recentes têm abordado com maior profundidade a atuação dos governos da Argentina (Morgenfeld, 2010), do Brasil (Baptista Júnior, 2013), do Chile (García Ferreira, 2013c), do México (Loeza, 2015), entre outros, na crise guatemalteca de 1953-1954.

No plano das consequências da intervenção, por exemplo, as investigações sobre “*as desventuradas trajetórias individuais e coletivas do vasto contingente de exilados guatemaltecos obrigados a abandonar rapidamente seu país para escapar da vingança de seus vencedores*” (García Ferreira, 2013a. p. 6) tocam em aspectos cruciais da atuação dos governos latino-americanos naquele contexto. Estudos publicados nos últimos cinco anos indicam novas possibilidades de pesquisa a respeito das repercussões daquele episódio da guerra fria na política latino-americana, assim como nas trajetórias individuais das pessoas que buscaram asilo em representações diplomáticas na cidade da Guatemala nos dias de violência e caos político que se seguiram à queda de Arbenz (Loeza, 2015; Rostica, Pedroni e Sala, 2015; Ávila, 2012; García Ferreira, 2013a e 2013b).

No que diz respeito à repressão sofrida pelos asilados após estes haverem deixado a Guatemala, Roberto García Ferreira ressalta que a influência do ideário anticomunista, amplamente compartilhado pelas elites latino-americanas ao longo de várias décadas do século XX, explica que práticas de vigilância e perseguição aos asilados guatemaltecos tenham sido adotadas, em nível regional, quase como um desdobramento “*natural*” da derrubada do governo de Arbenz (García Ferreira, 2013a, p. 11).

Desde a década de 1930, pelo menos, as polícias políticas da América Latina e Caribe compartilhavam de maneira ativa o objetivo comum de repressão e controle das "atividades comunistas", fossem estas reais ou imaginárias (García Ferreira, 2010, p. 12). Em meados de janeiro de 1932, dias antes da eclosão de insurreição indígena em El Salvador<sup>32</sup>, a polícia salvadorenha informou a polícia do ditador Jorge Ubico, da Guatemala, a respeito de contatos entre dirigentes comunistas salvadorenhos, guatemaltecos e hondurenhos, em torno dos preparativos da insurreição. Essas informações serviram de pretexto para que a polícia guatemalteca realizasse prisões e torturas de integrantes do incipiente partido comunista guatemalteco.<sup>43</sup>

Quinze anos antes do início da Guerra Fria, portanto, a insurreição indígena em El Salvador - e o massacre que a derrotou – já haviam soldado nos sentimentos das elites da América Central o racismo anti-indígena, de origem colonial, à paranoia anticomunista. Quando sobreveio a década revolucionária de 1944-1954 na Guatemala, abriram-se espaços sociais e políticos para comunistas, camponeses e indígenas de uma maneira que pareceu intolerável para a oligarquia *terrateniente*, assim como para a hierarquia eclesiástica e para a parcela reacionária da classe política. (Figueroa Ibarra, 2004, p. 124).

Em relação às projeções para além região centro-americana da repressão internacional que se seguiu ao golpe de junho de 1954, estudo sobre a detenção arbitrária na Argentina, em outubro de 1954, de um grupo de mais de trinta asilados guatemaltecos recém-chegados ao país, conclui que a prisão daqueles asilados foi realizada mediante a "coordenação dos serviços de inteligência dos Estados Unidos, Guatemala y Argentina (...) porque aquelas pessoas foram detidas sem julgamento prévio, por supostas razões ideológicas professadas em seu país de origem, uma prática que se tornou muito azeitada várias décadas depois com a operação Condor" (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 292).

---

<sup>2</sup> A pobreza extrema das populações indígenas e camponesas, acentuada em função da supressão das terras comunitárias (ejidos) e da eliminação de boa parte dos cultivos de alimentos, em consequência da expansão das áreas de produção de café, foi o principal fator que motivou a insurreição indígena de 1932 em El Salvador. Em retaliação às ações da insurreição, cerca de trinta mil indígenas e camponeses foram mortos em poucas semanas. Este acontecimento marca o desenvolvimento de um Estado de natureza fortemente repressiva em El Salvador e também na Guatemala, dirigido por militares alinhados com as oligarquias proprietárias de terras. (Molinari, 2009, p. 34-35).

<sup>3</sup> A respeito da repercussão na Guatemala dos episódios de 1932 em El Salvador, ver Tarracena Arriola, Arturo. "El Partido Comunista de Guatemala y el Partido Comunista de Centro América (1922-1932)", *Política y Sociedad*, No. 41 (2003), p. 88-122, p. 121 e Gleijeses, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991, pp. 8-10.

No contexto da Guerra Fria na América Latina, duas décadas depois da intervenção na Guatemala, Operação Condor foi o nome que se deu a um sistema secreto de informações e ações, estabelecido no final do ano de 1975, em reunião de serviços de inteligência realizada em Santiago do Chile, por meio do qual ditaduras militares e regimes de exceção do continente sul-americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. (CNV, v. 1, p. 220)

Uma breve resenha histórica da coordenação entre polícias políticas das Américas em torno da causa anticomunista no século XX indica, no entanto, que a Operação Condor não foi exatamente uma anomalia, podendo ser melhor compreendida como manifestação específica de uma estratégia anticomunista mais ampla, adotada de forma secreta por dirigentes de governos do chamado bloco ocidental (McSherry, 2010, p. 67).

Com o objetivo de contextualizar historicamente as políticas repressivas adotadas em nível regional contra asilados e refugiados guatemaltecos a partir da derrocada do governo Arbenz em meados do ano de 1954, este artigo apresentará os principais fatos relacionados à revolução democrática iniciada na Guatemala no ano de 1944 até o golpe de estado de junho de 1954 e a posterior instalação de um regime ditatorial.

A fim de explorar as relações entre os episódios guatemaltecos de 1954 e as práticas de violações aos direitos humanos de asilados e refugiados políticos que se tornaram sistemáticas na América Latina e no Caribe no contexto político da guerra fria, serão apresentados, ao final do presente artigo, aspectos gerais da massificação das demandas de asilo e refúgio verificada na região nas décadas de 1960 e 1970, assim como algumas das mais graves manifestações de violações aos direitos humanos de asilados e refugiados naquele período.

### **A Revolução Democrática na Guatemala Desperta a Reação das Oligarquias Locais**

No crepúsculo da Segunda Guerra Mundial, a emergência de regimes democráticos em Cuba, na Guatemala e na Venezuela despertou esperanças nas repúblicas caribenhas e centro-americanas, onde a resistência às ditaduras se encontrava em ascensão. Rafael Trujillo, ditador da República Dominicana desde 1930, e Anastasio Somoza García, que

controlava com mão de ferro o governo da Nicarágua desde 1936, eram considerados os pilares da tirania na região.

Na Guatemala, a ditadura de Jorge Ubico foi derrubada em julho de 1944 por um levante popular encabeçado por estudantes, setores da classe média urbana e jovens oficiais das forças armadas, o que terminou por levar Juan José Arévalo à presidência, em eleições realizadas em dezembro daquele ano, que deram início a um período de revolução democrática sem precedentes na história do país.

O mandato de seis anos de Arévalo se destacou pela emergência de um sistema multipartidário e pela criação de sindicatos de trabalhadores. Os primeiros anos do processo de transformações foram marcados, no entanto, por certos limites: o partido comunista continuava proscrito e só passaria a ter existência legal a partir de 1952, sob o governo de Arbenz. O sindicalismo entre trabalhadores rurais sofria restrições e a distribuição da posse da terra, a mais desigual de toda a América Central, permaneceu praticamente intocada (Gleijeses, 1989, p. 133).

Na gestão de Arévalo foram promulgadas leis de proteção social, sendo a entrada em vigor do Código do Trabalho, em 1947, o fato mais significativo nessa matéria.<sup>54</sup> Os dispositivos do novo código laboral relativos ao limite sobre contratação de estrangeiros, à organização de sindicatos e ao direito de greve em estabelecimentos rurais com mais de 500 trabalhadores, afetaram diretamente os interesses da norte-americana *United Fruit Company*, proprietária de vastas plantações onde empregava centenas de trabalhadores.

Pouco tempo depois da promulgação do Código do Trabalho, grupos ligados aos proprietários de terras, à igreja católica e às forças armadas começaram a agir em conjunto com a finalidade de desestabilizar a administração de Arévalo. O crescimento das organizações de trabalhadores na zona rural e a redução do número de trabalhadores sazonais, em decorrência da abolição das leis que proibiam a “vadiagem”, provocaram amplos protestos das associações de produtores rurais. Essas manifestações foram levadas em consideração pelo governo e acompanhadas de perto pelo exército guatemalteco. Em razão disso, o direito à organização sindical rural sofreu sérias restrições sob a presidência de Arévalo e foram frequentes as intervenções militares em

---

<sup>4</sup> Decreto 330, “Código de Trabajo”, *Diario de Centro América*, Guatemala, 25 de febrero de 1947.

conflitos rurais. Os principais temores das elites rurais apareciam constantemente vinculados em protestos cada vez mais estridentes. Na visão destes setores, a liberdade de organização dos pobres no campo levaria não apenas ao colapso da economia rural guatemalteca, mas também daria causa a uma revolta indígena (Handy, 1989, p. 169).

### **Jacobo Arbenz Assume a Presidência e dá Início à Reforma Agrária**

O tenente-coronel Jacobo Arbenz obteve mais de 65 % dos votos nas eleições de novembro de 1950 e assumiu a presidência no ano seguinte com o compromisso de aprofundar a revolução democrática em curso no país. Em junho de 1952, foi deflagrado o processo de reforma agrária, que beneficiou centenas de milhares de camponeses e afetou interesses das oligarquias locais e da *United Fruit Company*.

Arbenz havia se reunido reservadamente com os principais dirigentes comunistas locais para discutir a estrutura básica da reforma agrária. Após vários encontros, o presidente guatemalteco pediu que o secretário-geral do partido José Manuel Fortuny iniciasse a preparação de projeto de lei sobre o assunto. Depois de várias reuniões, o projeto alcançou a forma final, com a participação ativa de Jacobo Arbenz em sua elaboração (Gleijeses, 1989, p. 458).

Em maio de 1952, o projeto de lei de reforma agrária foi formalmente apresentado ao Congresso, o que desatou raivosa reação dos grandes proprietários de terras, com apoio da maior parte da imprensa e da Igreja Católica. Apesar das fortes pressões, Arbenz não recuou e a lei foi aprovada pelo Congresso em 17 de junho de 1952 e entrou em vigor sob a forma do Decreto 900.

À época, a embaixada dos EUA na Guatemala avaliou que o Decreto 900 era uma lei relativamente moderada, que favorecia a via capitalista de desenvolvimento no campo. No entanto, o Decreto 900 estimulava a organização dos camponeses e sua mobilização com vistas à participação efetiva no processo de reforma agrária, por meio da formação de comitês agrários locais. De acordo com o dirigente comunista Fortuny, a criação desse comitês havia sido proposta com a finalidade de lançar as bases para uma “*eventual radicalização do campesinato*”, ponto que havia sido incluído na lei com a concordância de Arbenz. (Gleijeses, 1989, p. 461)



Na visão do Departamento de Estado, a implementação bem sucedida do Decreto 900 iria fortalecer a influência do governo Arbenz no campo e fornecer aos comunistas “*uma excelente oportunidade para estender sua influência sobre a população rural*”. Na perspectiva da diplomacia norte-americana, a política do governo da Guatemala, de apoio aos trabalhadores rurais na luta contra as classes proprietárias e a *United Fruit Company*, eram uma “*poderosa arma de propaganda*”, que ameaçaria a “*estabilidade de Honduras e El Salvador*” (Gleijeses, 1991, p. 365). Os chefes das forças armadas, por seu turno, temiam que a reforma agrária promovida por Arbenz acirrasse conflitos sociais e étnicos no país, a ponto de provocar rebeliões no seio da maioria indígena maia (Handy, 1989, p. 204).

### **Pbsuccess: o plano de operações encobertas para intervenção na Guatemala**

Animado pelo êxito da CIA na Operação Ajax, que em agosto de 1953 provocou a deposição do Primeiro Ministro Mohammed Mossadegh do Irã, o governo dos Estados Unidos dedicou-se, a partir do segundo semestre de 1953, à elaboração de um programa abrangente de ações encobertas com o objetivo de minar governo de Jacobo Arbenz na Guatemala<sup>65</sup>. O plano elaborado combinava guerra psicológica com ações no plano econômico, diplomático, político e paramilitar contra a Guatemala. O objetivo central do programa, denominado PBSUCCESS, era “*remover de maneira encoberta, sem derramamento de sangue se possível, a ameaça do presente governo da Guatemala controlado pelos Comunistas.*” (Haines, 1989, p. 4)

No final do ano de 1953, as linhas de batalha estavam desenhadas entre Guatemala e Washington. Os vizinhos centro-americanos, com Anastasio Somoza à frente, expressavam ostensivamente suas preocupações a respeito das repercussões da situação guatemalteca em seus domínios. Em paralelo, centenas de ativistas da esquerda latino-americana se dirigiam à Guatemala, seja como exilados políticos ou meramente pelo

---

<sup>5</sup> As primeiras operações encobertas do governo norte-americano após a Segunda Guerra Mundial tiveram lugar durante a guerra civil grega e nas eleições italianas de 1948, quando o Partido Comunista Italiano se apresentou com a possibilidade de conquistar o governo (McSHERRY: 72). Datam, ainda, de 1952, os primeiros registros de planejamento de operações encobertas da CIA na América Latina. Durante visita a Washington do Presidente da Nicarágua Anastasio Somoza, no mês de abril de 1952, o ditador nicaraguense assegurou que, caso recebesse o armamento necessário, suas tropas, somadas àquelas reunidas pelo coronel guatemalteco exilado Carlos Castillo Armas, poderiam derrubar o presidente da Guatemala Jacobo Arbenz. A CIA considerou viável a proposta de Somoza e deu início à operação PBFORTUNE (HAINES: 2). Após cerca de um mês de planejamento, a CIA decidiu abortar a operação, possivelmente em razão da oposição do Secretário de Estado Dean Acheson.



interesse de presenciar, em primeira mão, a experiência “*socialista*” na América Latina, como foi o caso do argentino Ernesto Guevara.

Além do jovem médico argentino, líderes comunistas cubanos foram visitantes frequentes da Guatemala sob as presidências de Arévalo e Arbenz, colaborando com os marxistas locais. Ativistas do partido comunista da República Dominicana no exílio também aderiram ao *Partido Guatemalteco del Trabajo*, a agremiação comunista local. Outros grupos centro-americanos no exílio estabeleceram-se na Guatemala, entre os quais a *Asociación Salvadoreña Democrática*, o movimento de nicaraguenses partidários da democracia e o *Partido Democrático Revolucionario Hondureño*. Republicanos espanhóis exilados na América Latina também se destacaram na solidariedade ao governo de Arbenz, e estes diferentes grupos se uniram para formar a *Frente Democrático de Exiliados Americanos e Españoles*. Nesse contexto, no desfile de maio de 1953, grupos de exilados organizaram marcha com 70.000 partidários, a fim de manifestar apoio ao presidente Arbenz (Roniger, 2010 p.108).

### **A Décima Conferência Interamericana e a Questão da Guatemala**

Paralelamente à implantação do plano de intervenção encoberta, o governo norte-americano se encarregava de obter prévia aprovação coletiva dos demais estados americanos a qualquer iniciativa contra o governo guatemalteco. Com esta finalidade, foi apresentado, na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, de 1º a 28 de março de 1954, projeto de resolução de conteúdo anticomunista, com a intenção de permitir a aplicação de medidas coercitivas contra a Guatemala de forma automática pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com fundamento no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e na Carta da OEA.

Durante a Conferência de Caracas, coube ao Secretário de Estado John Foster Dulles levar adiante a aprovação da resolução anticomunista, o que suscitou áspero debate com o chanceler guatemalteco Guillermo Toriello. No entendimento do Departamento de Estado, deveria ser endossada resolução que permitisse, em caso de “*desvios ideológicos*”, a aplicação da Doutrina Monroe, interpretada agora de maneira extensiva e conforme a lógica maniqueísta da Guerra Fria. (Morgenfeld, 2010, p. 86).

O guatemalteco Toriello questionou Dulles de maneira frontal durante a conferência, denunciando o velado “*intervencionismo estadounidense*” que se ocultava por trás da proposta de resolução. O chefe da delegação da Guatemala sustentou que seu governo defendia a democracia representativa e possuía três grandes objetivos: o incremento das liberdades democráticas, a elevação do nível de vida dos guatemaltecos, mediante a transformação de uma economia semifeudal e semicolonial em uma economia capitalista, e a defesa da soberania e da independência nacional. O chanceler guatemalteco buscou apoio latino-americano, ao explicar que seu governo não aspirava o alinhamento com a União Soviética, a despeito das acusações estadunidenses.

Embora compartilhassem a perspectiva anticomunista dos Estados Unidos, delegados de alguns países latino-americanos manifestaram, por meio de cautelosos argumentos jurídicos, o receio de que a eventual aprovação do projeto norte-americano, na forma como havia sido apresentado, fragilizasse o princípio da não-intervenção.

A fim de assinalar a importância do princípio da não-intervenção para a política exterior mexicana, o chanceler Luis Padilla Nervo declarou que o México não votaria a favor da resolução norte-americana porque sua redação poderia dar lugar a que qualquer país membro da OEA estivesse sujeito a intervenções. Em favor dos argumentos pró-Guatemala, o chanceler mexicano recordou ainda o tempo em que o México passou por profundas reformas econômicas e sociais durante o período revolucionário, ficando isolado internacionalmente. Argumentou que, se naquela época fosse convocada uma reunião de Estados americanos para julgar o México, o país provavelmente seria considerado culpado de alguma submissão a influências externas. Foster Dulles, por sua vez, mostrou-se particularmente perturbado com a posição mexicana (Rabe, 1998 p. 53).

É provável que Adolfo Ruiz Cortines, o presidente mexicano à época, houvesse preferido se manter à margem da confrontação entre os Estados Unidos e a Guatemala, mas viu-se obrigado a se envolver na crise em razão da proximidade geográfica com o epicentro da crise, não podendo, pois, permanecer alheio à grande inquietação que o assunto provocava em seu próprio país. A esquerda mexicana, sob a liderança de Lázaro Cárdenas, havia apoiado Arbenz desde o princípio e advogava que o governo mexicano desempenhasse papel político favorável ao governo guatemalteco, sob eminente ataque dos Estados Unidos. A revolução mexicana havia sido sempre uma referência e um modelo para a revolução democrática na Guatemala, sobretudo no que dizia respeito à

reforma agrária, que havia contado com a colaboração de engenheiros mexicanos em seu desenho.

Em um momento particularmente delicado para o governo de Ruiz Cortines do ponto de vista das relações com os Estados Unidos, a crise na Guatemala mobilizava a sociedade mexicana, reavivava antigas divisões políticas e ideológicas entre setores cardenistas e anticardenistas e aguçava temores de intervenção norte-americana caso a instabilidade guatemalteca viesse também a afetar o México (Loeza, 2015, pp. 8-9 ).

O delegado argentino na Conferência de Caracas insistiu que os problemas políticos somente poderiam ser solucionados se melhorassem as condições de vida das populações latino-americanas. Ademais, a ameaça comunista não poderia anular o princípio de autodeterminação dos povos. Perón realizava à época esforço importante para recompor as relações com os Estados Unidos. Nesse esforço de aproximação, no entanto, buscava não comprometer certa autonomia no campo político e econômico, em harmonia com os ditames da “*Terceira posição*” preconizada pelo justicialismo na política exterior.<sup>76</sup>

Finalmente, em 13 de março de 1954, a Conferência aprovou a Resolução XCIII, denominada “*Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra a Intervenção do Comunismo Internacional*”. Na votação em plenário, 17 países se posicionaram a favor da resolução anticomunista. A Guatemala votou contra a resolução. A Argentina e o México se abstiveram. Os delegados do Brasil, que vivia então as últimas semanas do governo de Getúlio Vargas, uniram-se à maioria que aprovou a resolução no âmbito da OEA. Quando a questão da Guatemala chegou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, às vésperas da queda de Jacobo Arbenz, o governo do Brasil, acompanhado pela Colômbia, voltou a se perfilar ao lado dos Estados Unidos.

Na avaliação dos resultados da Conferência de Caracas, o Departamento de Estado observou que, embora a ampla maioria de Estados latino-americanos houvesse se posicionado contra o comunismo internacional, estes países não estariam dispostos a

---

<sup>6</sup> De acordo com esta visão, os dois pensamentos anteriores ao justicialismo eram o individualismo liberal e o coletivismo comunista, que estavam, durante a guerra fria, corporificados em dois blocos geopolíticos e ideológicos: um deles liderado pelos Estados Unidos e outro pela União Soviética. Diante da polarização que caracterizava o mundo pós-guerra, o justicialismo propunha um “*caminho nacional*”, uma posição que entendia ser superadora de ambas ideologias, por meio de sua harmonização (ROSTICA, PEDRONI e SALA: 275).

exercer oposição “à ameaça específica inerente à situação na Guatemala”. Na opinião de Louis Halle, funcionário do Departamento de Estado, a mensagem de Caracas era a de que “*havia mais medo do intervencionismo dos Estados Unidos do que do comunismo guatemalteco*” (Rabe, 1998, p. 53).

### **A Derrocada do Governo Arbenz**

A conspiração internacional contra Arbenz começou a ser desmascarada no final de janeiro de 1954, quando o governo guatemalteco divulgou teor de correspondência entre Castillo Armas e Miguel Ydígoras Fuentes, obtida por meio de um agente duplo, que indicava que ambos realizavam entendimentos para a preparação de um golpe de estado com apoio dos governos da Nicarágua, da República Dominicana e dos Estados Unidos (Wise e Ross, 1964, p. 111).

Ao identificar, no final do ano de 1953, a possibilidade real de uma intervenção externa de natureza militar ou paramilitar, Jacobo Arbenz buscou fortalecer as forças armadas guatemaltecas, que à época padeciam de carência de peças de reposição e de munições, resultado do embargo de armas que lhes havia sido imposto. Foi diante desse quadro crítico que o presidente guatemalteco recorreu à Tchecoslováquia, que já havia vendido armas às forças armadas da Guatemala na década de 1930 (Perutka, 2013, p. 103). A compra de armas de um país comunista, no entanto, foi usada pelos adversários do governo como prova da suposta instrumentalização de Arbenz pelo poder soviético.

Os Estados Unidos revelaram à imprensa, em 17 de maio de 1954, que o cargueiro sueco S.S. Alfhem havia chegado a Puerto Barrios, dois dias antes, com carregamento de armas e munições tchecas para a Guatemala, embarcadas na Polônia. A denúncia acelerou a marcha da conspiração interna e deixou o governo guatemalteco isolado no plano internacional. A repercussão do episódio das armas tchecas fez com que o chefe das forças armadas e o ministro da Defesa, solicitassem audiência ao presidente Arbenz, que teve lugar em 7 de junho de 1954. Na oportunidade, o presidente e os comandantes militares discutiram por várias horas aspectos da crise política que angustiava o país. Em crítica direta e pessoal dos comandos das forças armadas à política de Arbenz, a questão da influência comunista sobre o governo foi apresentada como o problema político central (Torres Rivas 2008, p. 40).

No dia 18 de junho de 1954, grupo de mercenários liderados pelo coronel Castillo Armas partiu de Honduras e logrou avançar 10 quilômetros dentro do território da Guatemala. No mesmo dia, aviões de caça provenientes da Nicarágua bombardearam localidades na costa pacífica da Guatemala e realizaram voos rasantes à capital guatemalteca. As colunas invasoras sofreram duros reveses nas localidades de Gualan-Río Hondo e Puerto Barrios, no combate forças combinadas de civis armados e integrantes da Guarda Civil. Na região de Chiquimula, onde poderia ter ocorrido a frente batalha decisiva para os embates, o exército guatemalteco abandonou o enfrentamento e decidiu pactuar um cessar-fogo com Castillo Armas (Torres Rivas, 2008, p. 46).

Imediatamente após a incursão dos paramilitares, o ex-presidente Lázaro Cárdenas escreveu uma carta para o presidente mexicano Ruiz Cortines, sugerindo que este se oferecesse para mediar o conflito emergente na Guatemala. Cortines recusou a sugestão de Cárdenas, pois estava certo que os liderados de Castillo Armas declinariam uma eventual oferta. Ademais, avaliou que uma participação direta do México no conflito teria efeitos negativos nas relações com os Estados Unidos (Loeza, 2015, p. 7).

No dia 25 de junho de 1954, aviões P-47, fornecidos à força aérea da Nicarágua pelos Estados Unidos, bombardearam a capital da Guatemala. Os ataques aéreos e as manobras terrestres das tropas de Castillo Armas tinham cumprido o papel de mudar o humor do Exército, mas a ação crucial para a derrubada de Arbenz esteve a cargo da CIA na cidade de Guatemala, cujos agentes haviam iniciado série de reuniões com a finalidade de persuadir os indecisos líderes do Exército a não combater Castillo Armas e a engajar-se na derrubada do governo constituído (Cullather, 1994, pp.75-77).

Abandonado por seu próprio exército, Arbenz renunciou à presidência em 27 de junho. Na esperança de poder resguardar parte das conquistas da revolução democrática, entregou o mando ao coronel Carlos Enrique Díaz, chefe das forças armadas. Pouco depois da renúncia, o coronel Díaz proclamou pelo rádio que estava assumindo o poder em nome da revolução de 1944 e que o exército iria lutar contra Castillo Armas. Os sucessores imediatos de Arbenz também alertaram Juan Manuel Fortuny e outros dirigentes comunistas sobre a premente necessidade de se buscar asilo nas representações diplomáticas na cidade de Guatemala.

No segundo dia à frente da junta militar, Carlos Enrique Díaz recebeu diretamente do embaixador norte-americano o veredito de que ele não era mais conveniente à política

externa de Washington . Sob intensa pressão política e militar, Díaz aceitou entregar o poder ao coronel Elfego Monzón. Por meio de negociações com as diferentes facções das forças armadas e das forças rebeldes, o embaixador norte-americano logrou que os partidários de Castillo Armas e do coronel Monzón concordassem em compor junta militar na qual o coronel Armas teria claro predomínio (Cullather, 1994, pp. 78-79).

A despeito do êxito operacional que posteriormente a tornaria uma referência para outras intervenções encobertas, a operação PBSUCCESS não havia sido uma vitória completa da política externa norte-americana. A semana de caos político que teve lugar entre a renúncia de Arbenz e a tomada do poder pela junta comandada por Castillo Armas possibilitou que os principais dirigentes da esquerda local fugissem do país ou buscassem asilo nas representações diplomáticas na capital guatemalteca.

No dia seguinte à assunção da junta encabeçada por Castillo Armas, teve início o projeto PBHISTORY, desdobramento da PBSUCCESS que visava explorar, para fins de propaganda, documentos do governo deposto, capturados após a queda de Arbenz. Com este objetivo, dois agentes da CIA e dois agentes do escritório de inteligência do Departamento de Estado chegaram à cidade da Guatemala em 4 de julho de 1954. (Holland, 2004 p. 304). Imediatamente, o grupo iniciou a busca por materiais que comprovassem supostos vínculos do governo Árbenz com Moscou, mas não foram localizados documentos de tal natureza.<sup>87</sup>

Embora não tenha sido encontrado qualquer indício de vínculos dos partidários de Arbenz com agentes do bloco soviético, a captura de documentos deixados para trás pelo governo deposto permitiu que funcionários dos EUA e da Guatemala reunissem informações sobre milhares de cidadãos guatemaltecos que pertenciam a partidos políticos e a organizações sindicais e estudantis que apoiavam o governo destituído, material que seria depois usado pelas forças de segurança e pelos serviços de inteligência guatemaltecos.

Com a finalidade de criar organismos burocráticos e serviços de inteligência anticomunistas, Armas foi convencido pelos norte-americanos a criar o *Comité de*

---

<sup>7</sup> Memorando para o diretor da CIA Allen Dulles, de 19 de janeiro de 1955, indica que pouquíssimos dos documentos apreendidos eram dos tipos “quentes” e de “alto nível”, capazes de produzir dano caso pudessem ser exitosamente explorados no plano internacional. Nada foi encontrado a respeito da compra de armas da Tchecoslováquia, nem tampouco qualquer indício de contatos entre os partidários de Arbenz com agentes de outros países. Não obstante, a equipe da operação PBHISTORY revisou em torno de 500,000 documentos capturados, dos quais copiou e microfilmou cerca de 50,000 documentos que considerou úteis para o conhecimento das atividades da esquerda na Guatemala (Holland, 2004, p. 307).

*Defensa Nacional contra el Comunismo*, financiado, de forma encoberta, com recursos da CIA. Embora sem contar com poderes para realizar busca e apreensão nos locais de residência de altos funcionários da administração Arbenz, o referido comitê anticomunista realizou revistas em asilados que deixavam a Guatemala, o que se mostrou uma prática bastante ineficaz do ponto de vista da busca por documentos comprometedores (Holland, 2004, pp. 306-307).

### **O Golpe de Estado Produz “Asilo Diplomático em Massa”**

Arbenz e sua família decidiram se refugiar na embaixada do México na cidade de Guatemala. O presidente deposto permaneceu 73 dias na embaixada mexicana antes que fosse concedido o salvo-conduto para deixar o país. Cerca de 300 outros asilados dividiam os espaços da embaixada com Arbenz. Na saída da Guatemala, foi submetido pelos funcionários de Imigração ao constrangimento de se despir para ser revistado, diante das câmaras da imprensa. No México, a recepção ao presidente deposto foi fria. As autoridades mexicanas, sensíveis às pressões de Washington, informaram ao ex-presidente que, para poder permanecer no país, ele deveria se abster de toda e qualquer atividade política (Glejeses, 1991, p. 390).

O golpe de estado na Guatemala, com a ameaça real de violência e perseguições pelo novo regime, fez com que um número expressivo de dirigentes políticos, sindicalistas, líderes camponeses e estudantis, assim como funcionários do governo deposto e suas famílias, buscassem asilo nas representações diplomáticas existentes na capital do país.

A situação sem precedentes na região fez com que um diplomata argentino, participante daqueles acontecimentos, classificasse o episódio como de um “*asilo diplomático em massa*”, no qual as representações estrangeiras receberam cerca de 800 pessoas, fundamentalmente guatemaltecos (Torres Gigena, 1960, p. 56). As representações dos países latino-americanos – salvo Honduras e Nicarágua – foram as que mais receberam solicitações de asilo, sendo o México o país preferido como destino para a maioria dos asilados (García Ferreira, 2013a, p. 9).

Ainda que a representação argentina jamais tivesse sido escolhida como primeira opção para o refúgio, o governo argentino brindou asilo a mais de duzentas pessoas, que tiveram que conviver na sede diplomática durante cerca de três meses (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 272).



Setenta e cinco pessoas buscaram proteção na embaixada do Chile na cidade de Guatemala. As representações de El Salvador, do Uruguai e do Equador também receberam número considerável de asilados. O embaixador chileno Federico Klein, ao lado do representante mexicano Primo Villa Michel e do conselheiro argentino Torres Gigena cumpriram na crise guatemalteca um papel destacado na defesa das normas internacionais que regulavam o direito de asilo. (García Ferreira, 2013c, p. 178)

Quarenta e cinco pessoas buscaram asilo na representação diplomática brasileira na Guatemala. Tratavam-se principalmente de estudantes, intelectuais, sindicalistas e quadros do *Partido Guatemalteco del Trabajo*. A respeito dos asilados, o embaixador do Brasil informou Brasília que “*pelas informações por mim obtidas na Embaixada americana, dos nossos asilados apenas cinco são classificados como comunistas; três por pertencerem ao Partido Guatemalteco do Trabalho e dois estudantes por participarem de Congresso de Paz da juventude comunista nos países da cortina de ferro*” (Ávila, 2012, p. 75).

O Secretário de Estado Foster Dulles temia que os cerca de 800 partidários de Arbenz que haviam buscado proteção nas embaixadas após o golpe pudessem voltar a circular pelas Américas se lhes fosse permitido deixar a Guatemala. Seus temores logo se tornaram uma obsessão. Dulles desejava ampliar sobremaneira o alcance da resolução anticomunista de Caracas, de modo a impedir o acesso de supostos comunistas guatemaltecos aos benefícios do direito de asilo. A resolução aprovada pela OEA algumas semanas antes do golpe contra Arbenz, porém, não continha qualquer dispositivo relacionado ao asilo ou ao refúgio.

A fim de alcançar seu objetivo por outras vias, o Secretário de Estado pediu, no início de julho, que o embaixador Peurifoy instrísse o novo regime a apresentar acusações criminais contra os refugiados “*comunistas*”, a fim de impedi-los de deixar o país. Foster Dulles também sugeriu que supostos “*subversivos*” sem antecedentes criminais fossem condenados como agentes de Moscou. Como via alternativa, Dulles sugeriu que Castillo Armas concedesse salvo-condutos somente para os asilados que concordassem em ser diretamente enviados para a União Soviética, país onde a grande maioria deles jamais havia estado (Schlensinger e Kinzer, 1982, p. 222).

Face às pressões dos Estados Unidos, o governo de Castillo Armas classificou os asilados em quatro categorias: “(1) *mulheres e crianças asiladas somente em razão de vínculos familiares*; (2) *Comunistas*; (3) *criminosos*; e (4) *membros relativamente*

*inofensivos do regime político de Arbenz.*”<sup>98</sup> Do ponto de vista do governo norte-americano, o posicionamento “*mais desejável*” a respeito da questão dos asilados passaria por torção interpretativa das normas internacionais vigentes, no sentido de que os benefícios tradicionais do asilo deveriam ser negados aos comunistas mediante arranjos bilaterais entre o regime da Guatemala e os governos que lhes haviam dado proteção. Caso isso não se mostrasse possível, deveria ser considerada a alternativa de Castillo Armas conceder salvo-condutos para os asilados considerados perigosos condicionados ao seu transporte para um país da “*cortina de ferro*”.<sup>109</sup>

Em agosto de 1954, o embaixador dos EUA no México apresentou ao subsecretário mexicano José Gorostiza um memorando no qual recomendava que os asilados guatemaltecos fossem devolvidos ao governo de Castillo Armas, onde já haviam sido julgados e condenados, ou enviados a algum país de sua escolha no bloco soviético. A proposta do embaixador White foi ignorada pela chancelaria mexicana, que estava comprometida com a defesa do asilo político (Loeza, 2015, p. 10).

Em conversa no início do mês de setembro com o Ministro de Relações Exteriores da Junta guatemalteca, o embaixador Peurifoy manifestou surpresa com a notícia de que Castillo Armas, em resposta a gestão do embaixador mexicano Primo Villa Michel<sup>1110</sup>, havia determinado a expedição de salvo-condutos para praticamente todos os asilados na capital guatemalteca. Segundo Peurifoy, a decisão de Armas contrariava compromissos anteriores e causaria constrangimento ao governo de Washington.<sup>1211</sup>

Duas semanas após a concessão dos salvo-condutos, a questão dos asilados guatemaltecos na embaixada do México foi tratada em encontro do chanceler Luis Padilla Nervo com o Secretário de Estado Foster Dulles. Na conversa, o chanceler mexicano recordou ao norte-americano os compromissos de seu país em relação às convenções interamericanas sobre asilo diplomático e enfatizou, ademais, que a questão

---

<sup>8</sup> *Minutes of a Meeting, Held at the Department of State, August 8, 1954.* National Archives and Records Administration, RG 59, Guatemala Embassy Files, Lot 60 F 65

<sup>9</sup> *Memorandum by the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland) to the Secretary of State.* Subject: Asylee Problem in Guatemala. Washington, August 10, 1954. National Archives and Records Administration, RG 59, Central File 714.001/8-1054.

<sup>10</sup> As relações diplomáticas entre o México e a Guatemala não foram interrompidas em função do golpe contra o governo Arbenz. No dia 13 de julho de 1954, o coronel Castillo Armas recebeu o embaixador mexicano Primo Villa Michel. A visita foi um reconhecimento implícito do novo governo, efetuado com base na doutrina Estrada, que reconhece o direito das nações em manter ou substituir seus governos, sem a necessidade da comunidade internacional explicitamente reconhecer sua legitimidade (Loeza, 2015, p. 7).

<sup>11</sup> Telegram From the Ambassador in Guatemala (Peurifoy) to the Department of State/1/Guatemala City, September 8, 1954. National Archives and Records Administration, RG 59, Central File 714.00/9-854.

dos asilados envolve questões de honra nacional, sobre as quais o povo mexicano se mostra muito sensível e propenso a reagir de maneira forte e unânime.<sup>1312</sup>

Na Conferência Interamericana de Caracas de 1954, todos os países latino-americanos e caribenhos haviam assinado a Convenção sobre Asilo Diplomático, elaborada com base em anteprojeto do Comitê Jurídico Interamericano que visava superar a diversidade de interpretações e controvérsias decorrentes dos tratados sobre a matéria então vigentes: a Convenção sobre Asilo de Havana, de 1928, e a Convenção sobre Asilo Político de Montevidéu, de 1933. Entre as questões controvertidas solucionadas pelo tratado de asilo diplomático assinado em Caracas, estava o estabelecimento de obrigação, até então inexistente, do Estado territorial entregar o salvo-conduto a fim de que o asilado possa sair para o exterior. Por não reconhecerem a doutrina do asilo como parte do direito internacional<sup>1413</sup>, os Estados Unidos não assinaram a Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático, nem a Convenção sobre Asilo Político de Montevidéu, de 1933.

Em sintonia com o clima político da guerra fria, foi também assinada, na Conferência Interamericana de Caracas, a Convenção sobre Asilo Territorial, que incluía dispositivo (Artigo IX) que estabelecia para o Estado que concedia o asilo político a obrigação de internar ou vigiar, a pedido de Estado interessado, “*refugiados ou asilados políticos que forem dirigentes notórios de um movimento subversivo assim como daqueles sobre os quais existam provas de que dispõem a incorporar-se no mesmo movimento*”. Além de maiores restrições à liberdade de movimento, também foram incluídas na Convenção de Caracas cláusulas de restrição à liberdade de reunião (Artigo VIII) e à liberdade de expressão dos asilados e refugiados (Artigo VII).

### **A Repressão aos Asilados Ultrapassa as Fronteiras da Guatemala**

Logo após tomar conhecimento da concessão de salvo-condutos para todos os asilados nas representações diplomáticas na cidade da Guatemala, o Departamento de Estado expediu circular para suas representações em todos os países das Américas, enfatizando a importância de que os governos que recebessem asilados provenientes da Guatemala os mantivessem sob vigilância “*contínua e efetiva*”; adotassem medidas preventivas

---

<sup>12</sup> *Memorandum of Conversation, by the Secretary of State, WASHINGTON, September 22, 1954. Foreign Relations of the United States, 1952-1954, the American Republics, Volume IV.*

<sup>13</sup> *Unión Panamericana. Convención sobre Asilo.* Firmada en la Habana, el 20 de febrero de 1928 en la Sexta Conferencia Internacional Americana. Reserva hecha al firmar la convención (Estados Unidos de América).

com o objetivo de evitar que estes se envolvam em “*atividades subversivas*” e que também informassem os demais governos das Américas sobre seus destinos quando estes lograssem deixar os respectivos países anfitriões.<sup>1514</sup>

Em 13 de setembro de 1954, um voo da FAB permitiu que trinta e cinco asilados na embaixada brasileira e dez guatemaltecos asilados na representação diplomática do Uruguai deixassem a Guatemala com destino ao Brasil. Trinta dos guatemaltecos que buscaram asilo na embaixada do Brasil, dirigentes sindicais em sua maioria, ficaram alojados no território do Amapá “*como hóspedes do governo brasileiro*”.<sup>1615</sup> Cinco pessoas: Mario Moreno Moncada, Ricardo Hernandez Ponce, Miguel Enriquez Villen Batres, Raquel Davila Pivaral e o deputado Fernando de Leon Porras<sup>1716</sup>, entre os trinta e cinco asilados que se abrigaram na representação brasileira na cidade da Guatemala, considerados pelo regime de Castillo Armas como “*os mais perigosos do ponto de vista político*”, foram transferidos para o Rio de Janeiro.<sup>1817</sup> As dez pessoas que buscaram asilo político na embaixada do Uruguai na capital da Guatemala foram transportadas para o Rio de Janeiro em um avião da FAB, a pedido do governo uruguaio, e seguiram do Rio diretamente para Montevidéu.<sup>1918</sup>

O alojamento dos asilados guatemaltecos no Amapá, à época um território muito isolado, castigado por doenças tropicais como a malária e a febre amarela,<sup>2019</sup> indica que o tratamento dispensado a estas pessoas no Brasil esteve condicionado pela estratégia anticomunista preconizada à época pelo Departamento de Estado, que associava os asilados guatemaltecos aos perigos da subversão. Do ponto de vista da política brasileira, é fundamental observar que os asilados guatemaltecos chegaram ao país em um momento particularmente sensível da história nacional, poucas semanas após o suicídio de Getúlio Vargas e da divulgação de sua carta-testamento.

---

<sup>14</sup> Circular telegram 135, Sept. 10, 1954, sent to the Embassies at Buenos Aires, Mexico City, San Jose, San Salvador, Santiago, and Quito, and repeated to the Embassies in the other American Republics .National Archives and Records Administration, RG 59, Central File 714.00/9-1054)

<sup>15</sup> “Transportados pela FAB. No Brasil todos os asilados políticos de nossa embaixada na Guatemala”. Correio da Manhã, 24 de setembro de 1954, Rio de Janeiro, p.12.

<sup>16</sup> O deputado Fernando de Leon Porras pertencia ao *Partido Renovación Nacional*, que integrava a base parlamentar de apoio ao governo de Jacobo Arbenz. A respeito, ver CIA. “Members of the Guatemalan Congress (As of December 1, 1953)”. CIA Historical Review Program, 2003.

<sup>17</sup> Correio da Manhã, 24 de setembro de 1954, Rio de Janeiro, p.12.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> [Nas décadas de 1920 e 1930, funcionou na localidade de Oiapoque, no Amapá, colônia penal que abrigou prisioneiros políticos. Ver a respeito: Romani, Carlo. Clevelândia \(Oiapoque\). Colônia penal ou campo de concentração? Verve \(PUCSP\), São Paulo, v. 4, n.4, p. 112-130, 2003.](#)

As pesquisas documentais realizadas trazem, até o momento, escassas informações concretas sobre as condições de alojamento e o paradeiro dos trinta cidadãos guatemaltecos asilados que foram destinados ao território do Amapá. Há indicações de que uma das asiladas teria embarcado para o Chile imediatamente após a chegada ao Brasil<sup>2120</sup>. Cinco dos asilados guatemaltecos que estiveram no Amapá obtiveram sua permanência definitiva no Rio de Janeiro deferida em março de 1955<sup>2221</sup> e quatro deles foram autorizados a se transferir para o México em junho de 1960.<sup>2322</sup> Existem ainda registros da Seção de Estrangeiros do Ministério da Justiça que indicam que os cidadãos guatemaltecos Hermógenes Monterroso Ávila, Augusto Mackwordt Guzman, Jorge Fernando Villatore e Francisco Rustrian Najera, que estiveram alojados no Amapá em 1954, tiveram sua permanência no Brasil posteriormente cassada, sendo obrigados a deixar o país entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960.

Nos meses de setembro e outubro de 1954, o governo de Perón realizou, em três etapas, o transporte aéreo dos asilados na embaixada argentina da cidade de Guatemala para Buenos Aires. Os recém-chegados foram trasladados ao Hotel de Imigrantes da capital argentina, onde foram recebidos e atendidos por funcionários do governo enquanto se realizavam os trâmites para a obtenção da documentação para sua permanência no país.

Em razão da negativa inicial de Castillo Armas em outorgar salvo-condutos para os asilados, o governo argentino enviou o conselheiro Carlos Torres Gigena à cidade da Guatemala, na qualidade de especialista em direitos internacional e perito em direito de asilo (González, 2010, p. 41). A respeito de sua atuação na Guatemala, Torres Gigena sustenta que a Argentina outorgou asilo sem discriminações quanto à ideologia política<sup>2423</sup> e que foi ainda mais longe, ao conceder asilo ao deputado guatemalteco Víctor Manuel Gutierrez, que havia inclusive atacado o governo de Perón em declarações à imprensa e no parlamento (Torres Gigena, 1960, p. 62).

Durante visita à Argentina do secretário assistente para Assuntos Interamericanos, Henry Holland, em meados de setembro de 1954, o presidente argentino enfatizou ao

---

<sup>20</sup> Correio da Manhã, 24 de setembro de 1954, Rio de Janeiro, p.12.

<sup>21</sup> Os referidos cidadãos guatemaltecos são Julio Santos Carreira Morales, Manuel Jimenez Tabora, Hector Augusto Villaloro Calderón, René H. Pérez Ayala e Carlos Humberto Illescas. Diário Oficial da União, 30 de julho de 1955, Seção 1, p. 8.

<sup>22</sup> Os referidos cidadãos guatemaltecos são Juan José Tejada Barrientos, Fernando Tejada Barrientos, Julio Tejada Barrientos e Alberto Barrientos. Diário Oficial da União, 23 de agosto de 1960, Seção 1, p. 18.

<sup>23</sup> O ex-dirigente do *Partido Guatemalteco de Trabajo* Carlos Manuel Pellecer relata, no entanto, que o governo de Perón não concedeu asilo a todos as pessoas que buscaram proteção na embaixada argentina na Guatemala, e que por esse motivo alguns deles foram detidos em sua chegada a Buenos Aires e posteriormente tiveram que dirigir-se a outros países (Rostica, Pedroni & Sala, 2015, p. 276).

representante de Washington a necessidade de cooperação mais estreita entre os Estados americanos em ações policiais contra os comunistas, assegurando, nesse contexto, que os asilados recém chegados da Guatemala seriam vigiados muito de perto.<sup>2524</sup>

De maneira inesperada, em 22 de outubro de 1954, foi preso em Buenos Aires um grupo de mais de trinta asilados guatemaltecos e levado à prisão portenha de Villa Devoto, sem julgamento prévio. Vinte e seis dos presos guatemaltecos permaneceram dez meses no cárcere, sendo liberados apenas em agosto de 1955, mediante anistia que também beneficiou presos políticos argentinos (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 273).

Com base nos registros de debates no parlamento argentino a respeito da questão, depreende-se que os guatemaltecos foram presos com base na legislação que fundamentava o estado de guerra interna declarado na Argentina, assim como em dispositivos da lei de residência nº 4.144, de 1902, que autorizava a detenção ou a expulsão, sem julgamento, defesa ou recurso, de qualquer imigrante considerado socialmente perigoso (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, pp. 278-279)

O dirigente comunista Antonio Obando Sánchez, um dos guatemaltecos presos em Villa Devoto, registrou em suas memórias que, antes de deixar o Hotel de Imigrantes, recebeu a visita de indivíduos que diziam ser da Polícia Federal argentina, mas que, na sua avaliação, estavam de fato a serviço do FBI. Sánchez recorda que naquela oportunidade, ao ser interrogado sobre viagens a outros países, foi-lhe apresentado um informe do FBI que resenhava viagem que havia realizado à União Soviética, no ano de 1930. Carlos Enrique Dardón Herrera, também integrante do grupo de guatemaltecos presos, afirmou que durante seu interrogatório na polícia argentina foi confrontado com ficha que continha informação sobre viagem que havia realizado à Tchecoslováquia. (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 294). Relato de José Manuel Fortuny, secretário-geral do PGT, a respeito de sua detenção no Rio de Janeiro em novembro de 1958 também se assemelha ao descrito pelos asilados guatemaltecos presos em Buenos Aires quatro anos antes (García Ferreira, 2010, p. 21).

## **Conclusão: Violações aos Direitos dos Refugiados na Guerra Fria Latino-Americana**

---

<sup>24</sup> *Memorandum of Conversation, by the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland), Buenos Aires, September 19, 1954. Foreign Relations of the United States, 1952-1954, the American Republics, Volume IV.*



Na ausência de um marco normativo adequado para as novas realidades do asilo político em massa – a maioria dos países da região somente assinaria o Protocolo de 1967 à Convenção das Nações Unidas para os Refugiados a partir da década de 1970, e sem contar com o acompanhamento efetivo de organismos internacionais para proteção dos refugiados<sup>2625</sup>, violações sistemáticas aos direitos humanos de asilados e refugiados políticos teriam lugar na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

Já na primeira metade da década de 1960, as centenas de milhares de pessoas que saíram do país em decorrência da revolução cubana de 1959, ao lado dos milhares que deixaram o Haiti, o Paraguai, a Bolívia, a República Dominicana, a Nicarágua e Honduras em decorrência de perseguições, evidenciaram que a questão dos refugiados havia se tornado um problema político de grande magnitude na América Latina e no Caribe<sup>2726</sup>, explicitando as insuficiências das instituições nacionais e das normas regionais em matéria de direito de asilo e refúgio.

Na América do Sul, milhares de pessoas saíram do Brasil para o exílio depois do golpe de 1964, e em números ainda maiores deixaram o Uruguai entre 1969 e 1973; antes e depois da tomada do poder pelos militares, em junho de 1973; no Chile, a partir do golpe de setembro de 1973; e na Argentina, o fluxo de exilados se intensificou antes do golpe de março de 1976 e se multiplicou depois dessa data. (Vargas Carreño, 1983, p. 70). Foi naquela conjuntura que pela primeira vez a comunidade internacional, por meio do ACNUR, teve que prestar assistência a grandes massas de refugiados na América Latina. Uma de suas principais tarefas, naquele momento, foi velar para que os refugiados estivessem devidamente protegidos, uma vez que:

*“Os delicados aspectos políticos das situações dos refugiados desse período fizeram com que alguns países não estivessem dispostos a conceder-lhes residência permanente e como, invariavelmente, estes refugiados eram objeto de vigilância, de interrogatórios e de todo tipo de violações aos direitos humanos, a tarefa de proteção do ACNUR*

---

<sup>25</sup> As atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na América Latina tiveram início em 1952 e nos seus primeiros anos se concentraram principalmente na situação dos refugiados europeus reassentados depois da segunda guerra mundial. O ACNUR não foi ativo na crise de refugiados do Caribe na década de 1960. MOUSSALLI, Michel, Declaración, en Coloquio sobre el asilo y la protección internacional de refugiados en América Latina, México DF, 11 al 15 de mayo de 1981, Págs. 25-26

<sup>26</sup> Informe Anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1981-1982. OEA/Ser.L/V/II.57, doc.6, rev. 1, 20 septiembre 1982.



*resultou especialmente difícil. Por isso, a maioria desses refugiados, em torno de 15.000, tiveram que ser reassentados em outros continentes.”* (Moussali, 1981, p. 26)

Exemplo concreto das situações descritas acima pode ser identificado em episódio ocorrido no contexto do golpe contra Salvador Allende, quando cidadãos latino-americanos de várias nacionalidades, que buscaram asilo na embaixada da Argentina em Santiago do Chile, receberam tratamento que remonta ao episódio dos refugiados guatemaltecos na década de 1950. Em voos da Força Aérea da Argentina que partiram do Chile no final de outubro e início de novembro de 1973, asilados latino-americanos que não possuíam nacionalidade chilena ou argentina foram evacuados da embaixada argentina em Santiago e confinados em alojamentos nas províncias argentinas do Chaco, Misiones e Corrientes.<sup>2827</sup>

A possibilidade de estabelecer residência legal na Argentina foi negada aos asilados em sua chegada ao país, restando a estes optar por se estabelecer entre cinco países possíveis: Cuba, Argélia, México, Suíça e Suécia, sendo que entre estes países apenas Cuba se dispunha a conceder o asilo sem maiores restrições. Diante das dificuldades impostas, muitas pessoas desse grupo optaram por permanecer na Argentina, indocumentados e na clandestinidade<sup>29</sup> (Aldrighi e Waksman, 2006 , p. 92).

Em meados da década de 1970, vários informes davam conta de diversos incidentes que atentavam contra a vida, a liberdade e a integridade física de refugiados na América Latina (Franco e Santiestevan de Noriega, 2005, p. 96). Com o passar do tempo, foram revelados aspectos da Operação Condor, que afetaram diretamente a segurança dos cidadãos latino-americanos refugiados dentro da região e fora dela. Somente na Argentina, mais de 300 refugiados e solicitantes de asilo, de várias nacionalidades latino-americanas, foram vítimas de desaparecimento forçado na década de 1970 (Idem, p. 97).

A expressão "*desaparecimento forçado*" passou a fazer parte do vocabulário dos organismos internacionais de direitos humanos a partir das denúncias sobre a generalização dessa prática na Guatemala na década de 1960. Dirigentes da Comissão Política do *Partido Guatemalteco del Trabajo* (PGT) que haviam sobrevivido à repressão que se seguiu ao golpe de 1954 graças à possibilidade de asilo, foram vítimas

---

<sup>27</sup> Documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Brasil, de outubro de 1973, trazem listas com nomes de cidadãos brasileiros que buscaram asilo na Embaixada da Argentina em Santiago, o que indica estreita coordenação entre as autoridades argentinas e a ditadura no Brasil (PAIVA: 173).

de prisão, tortura e desaparecimento em suas tentativas de retorno à Guatemala nas décadas de 1960 e 1970. O ex-deputado do PGT Victor Manuel Gutiérrez foi detido pela polícia guatemalteca em 5 de março de 1966, torturado e morto. Seu corpo, juntamente com o de outros 28 prisioneiros políticos, teria sido lançado ao mar por aeronave de transporte do exército. Em setembro de 1972, Bernardo Alvarado Monzón, Mario Silva Jonama e outros seis líderes do PGT foram vítimas de desaparecimento forçado na Guatemala (Gleijeses, 1991, p. 387).

O golpe de junho de 1954 na Guatemala foi a primeira intervenção na ordem interna de um país latino-americano planejada de forma minuciosa, coordenada no plano internacional, e que teve como principal finalidade eliminar da vida política, de forma radical, a participação efetiva de comunistas e outros grupos de esquerda, assim como de trabalhadores rurais organizados, estes últimos indígenas em sua ampla maioria. A derrubada violenta do governo de Jacobo Arbenz na Guatemala inaugurou na região da América Latina e do Caribe um longo ciclo de ditaduras e terrorismo de estado, implantados de forma sistemática mediante a difusão de técnicas de contra-insurgência pela Escola das Américas e por ex-combatentes das guerras coloniais francesas. O legado trágico desse período persiste na região até os dias de hoje, mediante a negação dos direitos fundamentais a amplas camadas da população. Fenômeno este que se expressa, entre outros aspectos, sob a forma da impunidade do crime permanente de desaparecimento forçado de pessoas, assim como nos elevados índices atuais de violência letal.

## **Referências**

ALDRIGHI, Clara e WAKSMAN, Guillermo. “Chile, la gran ilusión”. In: Silvia Dutrént Bielous (coord.). *El Uruguay del exilio*. Montevideo: Trilce, 2006, p. 33-97.

ÁVILA, Carlos Federico Dominguez. “Guerra Fria na América Latina: olhares brasileiros sobre a queda de Jacobo Arbenz e a contrarrevolução na Guatemala.” *Revista Contemporânea*, Ano 2, no. 2, pp. 51-81, 2012.

BAPTISTA JÚNIOR, Roberto. "A participação do Governo Getúlio Vargas (1951-1954) na deposição de Jacobo Arbenz e o fim da aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos". *Revista de Historia de América*, no. 149, pp. 79-126, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório. Volume 1. Brasília: Imprensa Nacional, 2014.

CULLATHER, Nicholas. *Operation PBSUCCESS. The United States and Guatemala 1952-1954*. Washington, D.C., Central Intelligence Agency, 1994.

FIGUEROA IBARRA, Carlos, "Cultura del terror y guerra fría en Guatemala" In: Daniel Feierstein y Guillermo Levy (comps.). *Hasta que la muerte nos separe. Poder y prácticas sociales genocidas en América Latina*, Ediciones al Margen, Buenos Aires, 2004.

FRANCO, Leonardo e SANTIESTEVEAN DE NORIEGA, Jorge. "La contribución del proceso de Cartagena al desarrollo del derecho internacional de refugiados en América Latina". In: ACNUR. *Memoria del Vigésimo Aniversario de la Declaración de Cartagena sobre los Refugiados*. San José : EDITORAMA, 2005, pp.79-137.

FRIEDMAN, Max Paul. "Significados transnacionales del golpe de Estado en Guatemala en 1954: Un suceso de la Guerra Fría internacacional". In: Roberto García Ferreira (coord.). *Guatemala y la Guerra Fría en América Latina, 1947-1977*. Guatemala: CEUR-USAC, pp.19-28, 2010.

GARCÍA FERREIRA, Roberto. "La Diplomacia Liberacionista y el Exilio Guatemalteco en América del Sur, 1954-1960". *E-L@tina – Revista Electrónica de estudios latinoamericanos*, v.: 11 44, pp. 5-18, 2013a.

\_\_\_\_\_. "El derrocamiento de Jacobo Arbenz y la Guerra Fría en América Latina. Nuevas fuentes y perspectivas". *Revista de Historia de América*, no. 149, pp. 39-43, 2013b.

\_\_\_\_\_. "Sumida en las tinieblas": Guatemala, octubre de 1954. *Revista de Historia de América*, no. 149, pp. 171-193, 2013c.

\_\_\_\_\_. "José Manuel Fortuny: un comunista clandestino en Montevideo, 1958". Trabajo presentado en las IX Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales, UdelaR, Montevideo, 13-15 de septiembre de 2010.

\_\_\_\_\_. “La CIA y el exilio de Jacobo Árbenz” *Perfiles Latinoamericanos*, núm. 28, julio-diciembre, pp. 59-82, 2006.

GLEIJESES, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. “The Agrarian Reform of Jacobo Arbenz”. *Journal of Latin American Studies*, Volume 21, Part 3. Cambridge University Press, pp. 453-480, 1989.

GRANDIN, Greg. *The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

GONZÁLEZ, Rodolfo. *El exilio guatemalteco en Argentina* (Tesis en Historia) Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Guatemala, 2010.

HAINES, Gerald K. *CIA and Guatemala Assassination Proposals 1952-1954*. CIA History Staff Analysis, June 1995.

HANDY, Jim. “A Sea of Indians: Ethnic Conflict and the Guatemalan Revolution, 1944-1952”. *The Americas*, Vol. 46, No. 2. Cambridge University Press, p. 189-204, 1989.

HOLLAND, Max. “Operation PBHistory: The Aftermath of SUCCESS”. *International Journal of Intelligence and Counterintelligence*. 17: pp. 300-332, 2004.

LOAEZA, Soledad. “The Mexican political fracture and the 1954 coup in Guatemala (The beginnings of the cold war in Latin America)”. *Culture & History Digital Journal*, 4 (1), 2015.

MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Tradução de Raúl Molina Mejía. Montevideo: Ediciones da la Banda Oriental, 2009.

MORGENFELD, Leandro Ariel. “El inicio de la Guerra Fría y el sistema interamericano: Argentina frente a Estados Unidos en la Conferencia de Caracas (1954)”. *Contemporánea, Historia y problemas del siglo XX*, vol. 1:, pp. 75-97, 2010.

MOLINARI, Lucrecia. “El Salvador: de la masacre de 1932 a la guerra civil”. In: Feierstein, Daniel (compilador). *Terrorismo de Estado y genocidio en América Latina*. Buenos Aires; Prometeo Libros/PNUD, pp. 33 – 53, 2009.

- MOUSSALLI, Michel, Declaración, en Coloquio sobre el asilo y la protección internacional de refugiados en América Latina, México DF, 11 al 15 de mayo de 1981.
- PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PERUTKA, Lukas. “Arms for Arbenz. Czechoslovakia's involvement in the Cold War in Latin America” *Central European Journal of International and Security Studies (CEJISS)*, volume 7, Issue 3, pp. 59-73, 2013.
- RABE, Stephen G. *Eisenhower and Latin America. The Foreign Policy of Anti-Communism*. University of North Carolina Press, 1998.
- RAPOPORT, Mario & SPIGUEL, Claudio. *Relaciones tumultuosas: Estados Unidos y el primer peronismo*. Buenos Aires: Emecé, 2009.
- RODRÍGUEZ DE ITA, Guadalupe. *La participación política en la primavera guatemalteca. Una aproximación a la historia de los partidos durante el período 1944-1954*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2003.
- ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? *Verve (PUCSP)*, São Paulo, v. 4, n.4, p. 112-130, 2003.
- RONIGER, Luis. “Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX” . *Dados*, 53 (1), pp. 91-124, 2010.
- ROSTICA, Julieta, PEDRONI, Nicolás & SALA, Laura. “Asilo y detención. Los guatemaltecos de 1954 en la Argentina de Perón”. *Diálogos, Revista electrónica de historia*, Vol. 16, Nº 2, Universidad de Costa Rica, pp. 269-301, 2015.
- SCHLESINGER, Stephen e KINZER, Stephen. *Bitter fruit: The Story of the U.S. Coup in Guatemala*. New York: Doubleday, 1982.
- TARRACENA ARRIOLA, Arturo. "El Partido Comunista de Guatemala y el Partido Comunista de Centro América (1922-1932)". *Política y Sociedad*, No. 41 (2003), pp. 88-122.
- TORRES GIGENA, Carlos. *Asilo Diplomático: su práctica y su teoría*. Buenos Aires: La Ley S. A. Editora e Impresora, 1960.

TORRES RIVAS, Edelberto. “Crisis y coyuntura crítica: la caída de Arbenz y los contratiempos de la revolución burguesa”. In: *Centroamérica: entre revoluciones y democracia. Antología*. Bogotá, CLACSO/Siglo del Hombre, 2008, pp. 33-69.

VARGAS CARREÑO, Edmundo, “El regimen de asilados y refugiados y su protección por el sistema interamericano”. *Seminario sobre Asilo Político y situación del refugiado realizado en La Paz, Bolivia, del 19 al 22 de abril de 1993*. Universo: La Paz, 1983

WISE, David e ROSS, Thomas. *The invisible government*. New York: Random, 1964.